

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS****Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2007**

A Estratégia de Lisboa, o Programa Educação e Formação 2010, o Programa do XVII Governo Constitucional e o Plano Tecnológico definem a modernização tecnológica da educação como uma prioridade estratégica para a preparação das novas gerações para a sociedade do conhecimento.

O Ministério da Educação, com vista à difusão do acesso e da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, adoptou o Plano Tecnológico da Educação, que prevê o apetrechamento das escolas com um conjunto de equipamento informático adequado — Projecto Kit Tecnológico Escolas —, com vista à melhoria significativa da experiência de aprendizagem e ensino nas escolas básicas e secundárias, bem como da qualidade e eficiência da gestão escolar.

Nesse sentido, o Ministério da Educação pretende adquirir os serviços e os equipamentos necessários à infra-estruturação com quadro interactivos das escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e com ensino secundário.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Autorizar, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 78.º, no n.º 1 do artigo 79.º e no n.º 1 do artigo 80.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a abertura de procedimento de concurso público internacional com vista à aquisição dos serviços e bens referidos, necessários ao fornecimento, instalação e manutenção de quadros interactivos para as escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e com ensino secundário, até ao valor máximo de € 9 000 000, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

2 — Delegar, ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, no Ministro da Educação a competência para a prática de todos os actos respeitantes ao procedimento previsto na alínea anterior, designadamente a competência para aprovar as peças concursais, designar o júri do concurso, proferir o correspondente acto de adjudicação, aprovar a minuta de contrato a celebrar e representar a entidade adjudicante na respectiva assinatura.

Presidência do Conselho de Ministros, 16 de Agosto de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA****Portaria n.º 1165/2007**

de 13 de Setembro

Com vista a regulamentar o novo regime jurídico das armas e suas munições, aprovado pela Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, a Portaria n.º 931/2006, de 8 de Setembro, estabeleceu os modelos de licenças, alvarás, certificados e outras autorizações, a emitir pela Polícia de Segurança Pública, e necessários à execução daquela lei.

Por outro lado, a Portaria n.º 943/2006 definiu o regime de taxas a aplicar na apresentação de requerimentos, concessão de licenças e alvarás e demais actos previstos na lei das armas e suas munições e legislação complementar.

Concluídos os estudos tendentes a dar expressão às orientações estabelecidas pela Lei n.º 5/2006 no tocante à utilização de novas tecnologias de informação e comunicação para desmaterializar procedimentos, simplificar a tramitação de actos e dar a todos os interessados meios fáceis e económicos de cumprir as obrigações legais foi possível desenvolver um sistema de informação e gestão de armas e explosivos (SIGAE), projecto previsto no SIMPLEX 2007, cuja exequibilidade depende, contudo, da adequação dos modelos actualmente em vigor, para outros que integrem dispositivos de segurança.

Da mesma forma e correspondendo à melhoria dos serviços na emissão de documentos aos interessados e às novas funcionalidades e meios colocados ao dispor dos cidadãos, torna-se necessário proceder a alterações no regime das taxas. Nesse âmbito incluem-se ajustamentos pontuais que respeitem a actos praticados pela PSP que não eram objecto de taxa, em particular no âmbito do regime jurídico relativo à segurança de produtos explosivos, cujas taxas foram definidas pela Portaria n.º 637/2005, de 4 de Agosto, com a redacção dada pela Portaria n.º 1148/2005, de 9 de Novembro.

Assim:

Manda o Governo, através do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º, nos n.ºs 1 e 4 do artigo 83.º e das alíneas d) e e) do artigo 117.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, e do n.º 1 do artigo 41.º da Lei n.º 42/2006, de 25 de Agosto, bem como do n.º 7 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 87/2005, de 23 de Maio, o seguinte:

1.º

Os anexos I a XXVII e XXIX a XXXI a que se refere o n.º 2.º da Portaria n.º 931/2006, de 8 de Setembro, com a redacção dada pelo n.º 1.º da Portaria n.º 256/2007, de 12 de Março, são substituídos pelos anexos à presente portaria, da qual fazem parte integrante.

2.º

Os n.ºs 14.º e 16.º do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 934/2006, de 8 de Setembro, passam a ter a seguinte redacção:

«14.º

[...]

- a) .....
- b) .....
- c) .....
- d) .....
- e) .....
- f) .....
- g) .....
- h) .....
- i) .....

- j) .....  
 l) .....  
 m) .....  
 n) .....  
 o) .....  
 i) .....  
 ii) .....  
 p) .....  
 q) .....  
 r) .....  
 s) .....  
 t) .....  
 u) .....  
 v) .....  
 x) Criação e envio de cartas/PIN — € 5;  
 z) Emissão de documentos com pedido de urgência — € 15;  
 aa) Averbamentos — € 5.

16.º

**Segundas vias, renovações e cedência de alvarás**

Pela emissão unitária de segundas vias de quaisquer autorizações, licenças e alvarás há lugar ao pagamento, à PSP, de uma taxa correspondente a 50 % do valor devido pela prática do acto originário, com excepção das previstas nos artigos 5.º e 13.º do presente Regulamento, as quais dão lugar ao pagamento de montante igual ao devido pela primeira emissão.»

3.º

O anexo III da tabela relativa às taxas para o Fundo de Fiscalização de Explosivos e Armamento a que se refere o n.º 4.º da Portaria n.º 637/2005, de 4 de Agosto, alterado pela Portaria n.º 1148/2005, de 9 de Novembro, passa a ter a seguinte redacção:

**ANEXO III**

(a que se refere o n.º 4)

**Tabela relativa às taxas para o Fundo de Fiscalização de Explosivos e Armamento**

Incidência	Montante da taxa (em euros)
<b>Título I</b>	
[...]	
a) .....	...
b) .....	...
c) .....	...
.....	...
d) .....	...
.....	...
<b>Título II</b>	
[...]	
a) .....	...
<b>Título III</b>	
[...]	
a) .....	...
b) .....	...
c) Licenças para lançamento de fogo de artifício [alínea i) do artigo 9.º do RFPE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 376/84, de 30 de Novembro].....	5
<b>Título IV</b>	
[...]	
.....	...
<b>Título V</b>	
[...]	
.....	...

O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, *José Manuel dos Santos de Magalhães*, em 31 de Agosto de 2007.

## ANEXO I

(frente)



(verso)

Tipo	Data de concessão	Data de Validade
B		
B1		
C		
D		
Especial		
Tiro Desportivo		
Coleccionador		

ASSINATURA DO TITULAR \_\_\_\_\_ O DIRECTOR NACIONAL \_\_\_\_\_

Cartão em policarbonato, formato ID1 (ISO/IEC 7810:2003 *identification cards — physical characteristics*) com design gráfico de segurança

## ANEXO II

(frente)



(verso)

Tipo	Data de concessão	Data de Validade
E		
F		

ASSINATURA DO TITULAR \_\_\_\_\_ O DIRECTOR NACIONAL \_\_\_\_\_

Cartão em policarbonato, formato ID1 (ISO/IEC 7810:2003 *identification cards — physical characteristics*) com design gráfico de segurança

## ANEXO III



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIREÇÃO NACIONAL

## LICENÇA DE DETENÇÃO NO DOMICÍLIO

N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_  
(válida por 10 anos)

Autorizo \_\_\_\_\_, residente em \_\_\_\_\_, a conservar no seu domicílio, a título de detenção no domicílio, a arma abaixo descrita, devidamente registada:

Número da ficha ou livrete \_\_\_\_\_

Classe \_\_\_\_\_

Calibre \_\_\_\_\_

Marca \_\_\_\_\_

Número de arma \_\_\_\_\_

Tipo de arma \_\_\_\_\_

Número de canos \_\_\_\_\_

Interior do cano \_\_\_\_\_

Esta autorização é passada ao abrigo do disposto no n.º1 do Art.º 18.º da Lei n.º 5/2006 de 23 de Fevereiro de 2006, e em caso algum esta arma poderá sair do local indicado nesta autorização, nem poderá o interessado possuir munições que se lhes destinem.

ESTA LICENÇA É VÁLIDA ATÉ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional,

Papel de segurança com gramagem de 120g m² e design gráfico de segurança

## ANEXO IV



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIREÇÃO NACIONAL

ALVARÁ DE ARMEIRO  
TIPO 1

N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, faz saber que, nos termos do Art.º n.º 7.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, concede a \_\_\_\_\_ com sede em \_\_\_\_\_, alvará para o fabrico e montagem de armas de fogo e suas munições, a exercer em \_\_\_\_\_ com os armários mencionados nos anexos \_\_\_\_\_.

ESTE ALVARÁ É VÁLIDO ATÉ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional

Papel de segurança com gramagem de 120g m² e design gráfico de segurança



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRECÇÃO NACIONAL

ANEXO AO ALVARÁ DE ARMEIRO N.º \_\_\_\_\_  
TIPO 1

ARMAZÉM N.º

Armazém sito em

[illegible]

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional

## ANEXO V



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRECÇÃO NACIONAL

## ALVARÁ DE ARMEIRO

**TIPO 2**

N.º            /           

\_\_\_\_\_,  
 Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, faz saber que, nos termos do  
 Artº n.º 47º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, concede a \_\_\_\_\_,  
 \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, alvará  
 para compra, venda e reparação de armas das classes B, B1, C, D, E, F, G e suas  
 munições, a exercer em \_\_\_\_\_, com capacidade de armazenagem no estabelecimento:

[illegible]

Possui armazéns mencionados nos \_\_\_\_\_

ESTE ALVARÁ É VÁLIDO ATÉ \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional

Papel de segurança com gramagem de 120g m<sup>2</sup> e design gráfico de segurança



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRECÇÃO NACIONAL

ANEXO AO ALVARÁ DE ARMEIRO N.º \_\_\_\_\_  
TIPO 2

ARMAZÉM N.º \_\_\_\_\_

Armazém sito em

[illegible]

Lisboa,     de                      de                      de

O Director Nacional

## ANEXO VI



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRECÇÃO NACIONAL

## ALVARÁ DE ARMEIRO

TIPO 3

N.º            /           

\_\_\_\_\_,  
 Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, faz saber que, nos termos do  
 Art.º n.º 47º da Lei n.º5/2006, de 23 de Fevereiro, concede a \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_,  
 \_\_\_\_\_, alvará  
 para compra, venda e reparação de armas das classes E, F, G e suas munições, a  
 exercer em \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, com capacidade de armazenagem no estabelecimento:

[illegible]

Possui armazéns mencionados nos anexos

ESTE ALVARÁ É VÁLIDO ATÉ    /    /

Lisboa,      de      de

O Director Nacional

Papel de segurança com gramagem de 120g m<sup>2</sup> e design gráfico de segurança



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRECÇÃO NACIONAL

ANEXO AO ALVARÁ DE ARMEIRO N.º \_\_\_\_\_  
TIPO 3

ARMAZÉM N.º

Armazém sito em \_\_\_\_\_

[illegible]

Lisboa,    de                    de                   

O Director Nacional

## ANEXO VII



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRECÇÃO NACIONAL

## ALVARÁ

## INSTALAÇÃO E GESTÃO DE CARREIRA DE TIRO

N.º        /       

\_\_\_\_\_,  
 Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, faz saber que, nos termos  
 do n.º 1 do Artº 57º da Lei n.º5/2006, de 23 de Fevereiro, concede a \_\_\_\_\_,  
 \_\_\_\_\_, com  
 sede em \_\_\_\_\_,  
 \_\_\_\_\_, alvará para instalação e gestão de carreira de tiro, sito em \_\_\_\_\_,  
 \_\_\_\_\_, para  
 as seguintes modalidades de tiro: \_\_\_\_\_.

ESTE ALVARÁ É VÁLIDO ATÉ     /   /

Lisboa, de de

O Director Nacional

Papel de segurança com gramagem de 120g m<sup>2</sup> e design gráfico de segurança

## ANEXO VIII



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRECÇÃO NACIONAL

## ALVARÁ

## INSTALAÇÃO E GESTÃO DE CAMPO DE TIRO

N.º 1

\_\_\_\_\_,  
Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, faz saber que, nos termos do  
n.º 1 do Art.º 57.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, concede a \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, alvará  
para a instalação e gestão de campo de tiro, sito em \_\_\_\_\_, para as seguintes  
modalidades de tiro: \_\_\_\_\_

ESTE ALVARÁ É VÁLIDO ATÉ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional

Papel de segurança com gramagem de 120g m<sup>2</sup> e design gráfico de segurança

## ANEXO IX



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRECÇÃO NACIONAL

## ALVARÁ

ACTIVIDADE DE FORMAÇÃO TÉCNICA E CÍVICA PARA USO E PORTE DE ARMAS DE FOGO

N.º            /           

\_\_\_\_\_,  
 Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, faz saber que, nos termos do  
 n.º 1 do Artº 21º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, concede a \_\_\_\_\_,  
 \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_,  
 \_\_\_\_\_, alvará  
 para a actividade de formação técnica e cívica para portadores  
 de armas de fogo, a exercer em:

Formação teórica: \_\_\_\_\_

Formação prática: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

ESTE ALVARÁ É VÁLIDO ATÉ     /   /

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional

Papel de segurança com gramagem de 120g m<sup>2</sup> e design gráfico de segurança

## ANEXO X



## ALVARÁ

ACTIVIDADE DE FORMAÇÃO TÉCNICA E CÍVICA PARA O EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE ARMEIRO

N.º 1

Director Nacional da Polícia de Segurança Pública, faz saber que, nos termos do n.º1 do Artº 21º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, concede a \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, alvará para a actividade de formação técnica e cívica para a actividade de armeiro, a exercer em:

Formação teórica: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Formação prática: \_\_\_\_\_

ESTE ALVARÁ É VÁLIDO ATÉ     /     /

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional

Papel de segurança com gramagem de 120g m<sup>2</sup> e design gráfico de segurança

## ANEXO XI

(frente)



(verso)



Cartão em policarbonato, formato ID1 (ISO/IEC 7810:2003 *identification cards — physical characteristics*) com *design* gráfico de segurança

## ANEXO XII



**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA**  
**IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO**

ARMAS, PARTES ESSENCIAIS DE ARMAS, MUNIÇÕES, CARTUCHOS, INVÓLUCROS FULMINANTES OU SÓ FULMINANTES

N.° 1

Autorizo, \_\_\_\_\_, Residente/sede em \_\_\_\_\_, titular da licença/alvará n.º \_\_\_\_\_ a importar/exportar de/para \_\_\_\_\_ os seguintes artigos:

[illegible]

Esta autorização é concedida ao abrigo do disposto no n.º 1 do Artº 60º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro.

AUTORIZAÇÃO VÁLIDA ATÉ     /     /

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional.

Papel de segurança com gramagem de 120g m<sup>2</sup> e design gráfico de segurança

## ANEXO XIII



AUTORIZAÇÃO PRÉVIA  
IMPORTAÇÃO TEMPORÁRIA

Nº.        /       

Autorizo, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, Residente/sede em \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, titular da licença/alvará n.º \_\_\_\_\_ a  
importar temporariamente de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ os seguintes artigos:

[illegible]

Esta autorização é concedida ao abrigo do disposto no n.º 1 do Artº 60º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro.

AUTORIZAÇÃO VÁLIDA ATÉ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional.

## ANEXO XIV



## AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ARMAS

N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
(válido por 60 dias)

Nome Completo \_\_\_\_\_

N.º identificação civil \_\_\_\_\_ data de emissão \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

por \_\_\_\_\_ validade \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_

Rua/Lugar \_\_\_\_\_

N.º/Lote \_\_\_\_\_ Andar \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Telemóvel \_\_\_\_\_

Endereço eletrónico \_\_\_\_\_

Distrito \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_

Freguesia \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Licença/Alvará n.º \_\_\_\_\_ Tipo \_\_\_\_\_

Está autorizado a adquirir:

Classe	Marca	Modelo	Calibre	Fim a que se destina

Esta autorização é concedida ao abrigo do disposto no art. 30.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro

AUTORIZAÇÃO VÁLIDA ATÉ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional,

## ANEXO XV



## AUTORIZAÇÃO ESPECIAL

VENDA, AQUISIÇÃO, CÉDÊNCIA E DETENÇÃO DE ARMAS E ACESSÓRIOS DA CLASSE A

N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome Completo \_\_\_\_\_

N.º identificação civil/colectiva \_\_\_\_\_ data de emissão \_\_\_\_\_

Entidade emissora \_\_\_\_\_ validade \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_\_ profissão/actividade \_\_\_\_\_

Rua/Lugar \_\_\_\_\_

N.º/Lote \_\_\_\_\_ Andar \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Telemóvel \_\_\_\_\_

Endereço eletrónico \_\_\_\_\_

Distrito \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_

Freguesia \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_

Está autorizado a vender / adquirir / ceder / deter:

Fim a que se destina a arma:

OBS:

Esta autorização é concedida ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 4.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro

AUTORIZAÇÃO VÁLIDA ATÉ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional,

## ANEXO XVI



## AUTORIZAÇÃO

FREQUÊNCIA DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PORTADORES DE ARMAS DE FOGO

N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Autorizo, nos termos do Art.º 24.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro,

Nome Completo \_\_\_\_\_

N.º identificação civil \_\_\_\_\_ data de emissão \_\_\_\_\_

Entidade emissora \_\_\_\_\_ validade \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_

Rua/Lugar \_\_\_\_\_

N.º/Lote \_\_\_\_\_ Andar \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Telemóvel \_\_\_\_\_

Endereço eletrónico \_\_\_\_\_

Distrito \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_

Freguesia \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_

a frequentar o curso de formação para portadores de arma de fogo da classe \_\_, ministrado por entidade credenciada.

VÁLIDA ATÉ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional,

## ANEXO XVII



## AUTORIZAÇÃO

FREQUÊNCIA DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE ARMEIRO

N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Autorizo, nos termos do Art.º 24.º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro,

Nome Completo \_\_\_\_\_

N.º identificação civil \_\_\_\_\_ data de emissão \_\_\_\_\_

Entidade emissora \_\_\_\_\_ validade \_\_\_\_\_

Data de Nascimento \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_

Rua/Lugar \_\_\_\_\_

N.º/Lote \_\_\_\_\_ Andar \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_ Telemóvel \_\_\_\_\_

Endereço eletrónico \_\_\_\_\_

Distrito \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_

Freguesia \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_

a frequentar o curso de formação técnica e cívica para o exercício da actividade de armeiro para o alvará tipo \_\_, ministrado por entidade credenciada.

VÁLIDA ATÉ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional,





## ANEXO XXII



## ANEXO XXIII

Esta autorização é concedida ao abrigo do disposto nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 42/2006, de 25 de Agosto.

AUTORIZAÇÃO VÁLIDA ATÉ \_\_/\_\_/\_\_

Lisboa, \_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional,

## ANEXO XXIV

Esta autorização é concedida ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 23.º da Lei n.º 42/2006, de 25 de Agosto.

AUTORIZAÇÃO VÁLIDA ATÉ \_\_/\_\_/\_\_

Lisboa, \_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional,

## ANEXO XXV

ESTA LICENÇA É VÁLIDA ATÉ \_\_/\_\_/\_\_

Lisboa, \_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional,

## ANEXO XXVI



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRECÇÃO NACIONAL

## LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE TIRO EM PROPRIEDADE RÚSTICA

N.°       /

Director Nacional da Polícia de Segurança Pública Nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do Artº 56º e n.º 2 do Artº 57º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro, concede a \_\_\_\_\_ com n.º de identificação civil \_\_\_\_\_ emitido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ por \_\_\_\_\_, residente em \_\_\_\_\_ licença para a prática recreativa de tiro com armas de fogo das classes B, BI e C, pelo período de cinco anos, no prédio rústico a que corresponde o artigo matricial nº \_\_\_\_\_, da freguesia de \_\_\_\_\_, sito \_\_\_\_\_.

ESTA LICENÇA É VÁLIDA ATÉ   /  /  

Lisboa, \_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional

Papel de segurança com gramagem de 120g m<sup>2</sup> e design gráfico de segurança

## ANEXO XXVII



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRECÇÃO NACIONAL

**CERTIFICADO**

N.º        /       

\_\_\_\_\_,  
 Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, certifica pelo presente, nos  
 termos e para os efeitos previstos no(a) \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, que autoriza/reconhece:

[illegible]

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional

Papel de segurança com gramagem de 120g m<sup>2</sup> e design gráfico de segurança

## ANEXO XXIX



ACORDO PRÉVIO PARA TRANSFERÊNCIA DE ARMAS DE FOGO  
(Artigo 11 § 4 da Directiva 91/477)  
N.º 1234 / 123

1. Estado membro de expedição						2. Estado membro de destino			
3. Expedidor [ ] particular [ X ] armeiro Apelido e nome						4. Destinatário [ ] particular [ X ] armeiro Apelido e nome			
Local e data de nascimento						Local e data de nascimento			
Passaporte/N.I n° emitido em pele						Passaporte/N.I n° emitido em pele			
Firma social						Firma social			
N.º de Identificação: Autorização/Declaração:						N.º de Identificação: Endereço			
Endereço						N.º Tel.: Endereço da entrega			
N.º Tel.:									
N.º Fax:									
5. Armas:						Anexo: [ ] Sim [ X ] Não			
N.º	Cat. Dir.	Tipo	Marcas / Modelo	Calibre	Outras Características	CIP	N.º Identificação 1- /		
6. Requerente Apelido e nome				7. Despacho do Estado membro Acordo prévio					
Estado Civil				[ ] Indeferido					
Endereço Civil				[ X ] Deferido válido até					
Data				Data					
Assinatura				O Director Nacional					

## ANEXO XXX



AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE ARMAS DE FOGO  
(Artigo 11 § 4 da Directiva 91/477)

1. Estado membro de expedição				2. Estado membro de destino			
3. Expedidor [ ] particular [ X ] armeiro Apelido e nome Local e data de nascimento Passaporte/B.I n° emitido em pelo Firma social N.º de Identificação: Autorização/Declaração: Endereço N.º Tel.: N.º Fax:				4. Destinatário [ ] particular [ X ] armeiro Apelido e nome Local e data de nascimento Passaporte/B.I n° emitido em pelo Firma social N.º de Identificação: Endereço N.º Tel.:			
5. Armas:							
Anexo: [ ] Sim [ X ] Não							
N.º	Cat. Div.	Tipo	Marca / Modelo	Calibre	Outras Características	CID	N.º Identificação 1./
6. Despacho do Estado membro de destino Acordo prévio [ ] Não é necessário para a arma/armas n.º Referências da comunicação: [ X ] Acordo (cópia junta) para a arma/armas n.º Válido até							
7. Requerente [ ] Particular [ X ] Armeiro Apelido e nome Local e data de nascimento Endereço N.º de Identificação: Autorização / Declaração:				8. Despacho do Estado membro Autorização dada (O Diretor Nacional) Data			
EXPEDIÇÃO							
9. Modalidades de expedição Expedidor Data de expedição Data prevista de chegada Estados membros atravessados				10. Visto do Estado membro de saída			

## ANEXO XXXI



## CERTIFICADO PROVISÓRIO DE LIVRETE

<b>DADOS DO DOCUMENTO</b>
Livrete N.º _____
Data de emissão ____/____/____

<b>CARACTERÍSTICAS DA ARMA</b>
CLASSE _____
MARCA _____
NÚMERO _____
CALIBRE _____
NÚMERO NO(S) CANO(S) _____
OUTROS NÚMEROS _____

<b>DADOS DO PROPRIETÁRIO/IMPORTADOR</b>
Nome _____
Alvará N.º _____ e estabelecimento em _____

## AVERBAMENTOS

Em ____/____/____, para _____	CARIMBO PSP
_____ com o Alvará n.º _____	DATA ____/____/____
e estabelecimentos em _____	

Em ____/____/____, para _____	CARIMBO PSP
_____ com o Alvará n.º _____	DATA ____/____/____
e estabelecimentos em _____	

Em ____/____/____, para _____	CARIMBO PSP
_____ com o Alvará n.º _____	DATA ____/____/____
e estabelecimentos em _____	

Em ____/____/____, para _____	CARIMBO PSP
_____ com o Alvará n.º _____	DATA ____/____/____
e estabelecimentos em _____	

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

O Director Nacional

# **MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.**

## **Portaria n.º 1166/2007**

de 13 de Setembro

Pela Portaria n.º 502/2002, de 27 de Abril, foi concessionada à Associação de Caçadores do Monte da Oliveira a zona de caça associativa do Monte Branco (processo n.º 2754-DGRF), situada no município de Silves, com a área de 418 ha.

Verificou-se posteriormente que o prazo de validade da zona de caça constante na portaria acima referida é inferior ao prazo de vigência dos acordos dados pelas entidades titulares e gestoras dos prédios que fazem parte da zona de caça.

Considerando que, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, os acordos dados pelos respectivos titulares e gestores dos terrenos são válidos por prazo correspondente ao da concessão pretendida;

Considerando ainda que por incluir áreas classificadas o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade entende ser adequada a introdução de um mecanismo

que garanta a salvaguarda de novos valores naturais que venham a ser detectados:

Manda o Governo, pelos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º No n.º 1.º da Portaria n.º 502/2002, de 27 de Abril, onde se lê «[p]ela presente portaria é concessionada, pelo período de seis anos, renovável automaticamente por um único e igual período, à Associação de Caçadores do Monte da Oliveira» passa a ler-se «[p]ela presente portaria é concessionada, pelo período de 12 anos, à Associação de Caçadores do Monte da Oliveira».

2.º É aditado à Portaria n.º 502/2002, de 27 de Abril, um n.º 1.º-A, com a seguinte redacção:

«A concessão de terrenos incluídos em áreas classificadas poderá terminar, sem direito a indemnização, sempre que sejam introduzidas novas condicionantes por planos especiais de ordenamento do território ou obtidos dados científicos que comprovem a incompatibilidade da actividade cinegética com a conservação da natureza até ao máximo de 10 % da área total da zona de caça.»

Pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*, Secretário de Estado do Ambiente, em 28 de Agosto de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*, em 29 de Agosto de 2007.

## **Portaria n.º 1167/2007**

de 13 de Setembro

Com fundamento no disposto na alínea a) do artigo 40.º e no n.º 1 do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro;

Ouvido o Conselho Cinegético Municipal de Odemira:

Manda o Governo, pelos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é concessionada, pelo período de oito anos, renovável automaticamente por dois períodos iguais, ao Clube de Caça e Pesca Desportiva do Sardanito, com o número de identificação fiscal 508029970 e sede na Herdade do Sardanito, 7630 Zambujeira do Mar, a zona de caça associativa da Herdade do Sardanito (processo n.º 4736-DGRF), englobando vários prédios rústicos cujos limites constam da planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante, sitos nas freguesias de São Teotónio e Zambujeira do Mar, município de Odemira, com a área de 776 ha.

2.º A concessão de alguns terrenos incluídos em áreas classificadas poderá terminar, sem direito a indemnização, sempre que sejam introduzidas novas condicionantes por planos especiais de ordenamento do território ou obtidos dados científicos que comprovem a incompatibilidade da actividade cinegética com a conservação da natureza até um máximo de 10 % da área total da zona de caça.